

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N.º 23.378.2016-60

ENTIDADE: Fundo Municipal de Saúde de Jordão

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Elson de Lima Farias

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 1.061/2017

2ª CÂMARA

EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 102/2016. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Embora constatado o não atendimento aos artigos 1º e 5º, da Resolução-TCE n. 102/2016, mas diante do envio das informações ainda que intempestivamente e de forma consolidada com a Prefeitura Municipal, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade e cientificado o Gestor da forma correta de envio.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **a) DETERMINAR** ao **SR. GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JORDÃO** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma, devendo as informações relativas à Prefeitura Municipal e ao Fundo de Saúde ser encaminhadas em arquivos distintos; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 31 de janeiro de 2017.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Conselheiro NALUH MARIA LIMA GOUVEIA
Presidente da 2ª Câmara

Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO
Relatora

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora do MPE/TCE/AC